

**RE no AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.647.629 - SP (2017/0007603-6)**

**RELATORA** : MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
**RECORRENTE** : GELSON GOMES  
**ADVOGADOS** : ELISEU MINICHILLO DE ARAÚJO - SP103048  
MAGDA SIMONE BUZATTO MINUZZI - SP295904  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

**EMENTA**

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. INOBSERVÂNCIA DO PRAZO RECURSAL. MATÉRIA PENAL. PRAZO CONTÍNUO DO ART. 798 DO CPP. INAPLICABILIDADE DO ART. 219, *CAPUT*, DO CPC. INTEMPESTIVIDADE. RECURSO NÃO ADMITIDO.

**DECISÃO**

Trata-se de recurso extraordinário, interposto por G. G., com fundamento no art. 102, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão da Sexta Turma deste Superior Tribunal de Justiça, assim ementado (fls. 2591/2592):

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DECISÃO MONOCRÁTICA. VIOLAÇÃO DO PRINCÍPIO DA COLEGIALIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. APLICAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA CONSOLIDADA DO STJ E DE ÓBICE AO CONHECIMENTO DE PEDIDO. AUSÊNCIA DE CORRELAÇÃO ENTRE DENÚNCIA E SENTENÇA. NÃO CONFIGURAÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS – JUDICIALIZADAS – PARA A CONDENAÇÃO. NÃO CONSTATADA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. Não se caracteriza a alegada ofensa ao princípio da colegialidade diante da existência de previsão legal e regimental para que o relator julgue, monocraticamente, recurso especial, com esteio em óbices processuais e na jurisprudência dominante desta Corte, hipótese ocorrida nos autos.

2. A jurisprudência do STJ é clara ao demonstrar que o acolhimento de suposta violação do art. 619 do CPP somente se dá quando verificada efetiva ocorrência de omissão, ambiguidade, contradição ou obscuridade não aclarada pela instância antecedente. Precedentes.

3. A constatação, pelo Ministro relator, de que o acórdão recorrido não padece de tais vícios e, portanto, está em consonância com as diretrizes fixadas nos julgados mencionados não caracteriza desrespeito ao princípio da colegialidade ou cerceamento ao direito de defesa do réu.

4. Do mesmo modo, o não conhecimento do pleito absolutório, por demandar reexame do contexto fático-probatório dos autos, também é medida cabível em decisão monocrática.

5. Quanto às demais questões suscitadas no agravo regimental, a decisão impugnada foi clara ao demonstrar os motivos pelos quais não

se verificou ausência de correlação entre a denúncia e a sentença, bem como a respeito da suficiência de provas – colhidas sob o crivo do contraditório, portanto – a justificar a condenação do ora agravante.

6. Ausentes fatos novos ou teses jurídicas diversas que permitam a análise do caso sob outro enfoque, deve ser mantida a decisão recorrida.

7. Agravo regimental não provido.

Nas razões do recurso extraordinário (fls. 2625/2778), pleiteia o recorrente que "o conhecimento e provimento do presente Recurso Extraordinário, para manter a liminar e reformar o acórdão impugnado, uma vez que está demonstrado cabalmente à ausência de correlação entre a denúncia e a sentença, e ainda, diante do parecer favorável do Ministério Público Federal, impõem-se absolvição do Recorrente Gelson, em respeito à Constituição Federal, diante da evidente afronta ao princípio da ampla defesa e do contraditório e do princípio da legalidade e ainda do princípio da dignidade da pessoa humana."

Alternativamente, requer "seja declarada a nulidade do v. acórdão, uma vez que neste caso, não poderia haver decisão monocrática, quando o Recurso Especial foi admitido na origem e o Recorrente não poderia ter sido privado de fazer sustentação oral, quando Defesa e acusação pleitearam a absolvição."

Por fim, em caso de não admissão do apelo extremo, pede a aplicação do princípio da fungibilidade, para que o recurso seja recebido como habeas corpus.

Apresentadas as contrarrazões às fls. 2792/2800.

É o relatório.

O recurso extraordinário não deve ser admitido por manifesta intempestividade.

Consoante certificado à fl. 2620, verifica-se que o acórdão recorrido foi considerado publicado em 11/10/2018. A contagem do prazo quinzenal iniciou-se em 15/10/2018 e encerrou-se em 29/10/2018.

O recurso extraordinário somente foi protocolado em 08/11/2018, sendo, portanto, manifestamente intempestivo.

Note-se que o Supremo Tribunal Federal tem reiteradamente expressado o entendimento de que não se aplica o art. 219, *caput*, do Código de Processo Civil no âmbito penal, diante da ausência de omissão no sistema processual penal a respeito da contagem dos prazos, à vista do disposto no art. 798 do Código de Processo Penal.

Confirmam-se, por oportuno, os seguintes precedentes do Excelso Pretório:

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO INTEMPESTIVO. CONTAGEM DE PRAZO (ART. 798, CPP). RELATÓRIO MÉDICO. IMPOSSIBILIDADE DE ATUAÇÃO E DE SUBSTABELECER NÃO COMPROVADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL firmou entendimento no sentido de que a contagem do prazo processual penal é disciplinado por norma específica que dispõe sobre a matéria, no caso o artigo 798 do Código de Processo Penal, o que afasta a incidência do artigo 219 do Código de Processo Civil. Recurso extraordinário interposto fora do prazo legal. 2. Esta CORTE SUPREMA tem o entendimento no sentido de não admitir o recurso intempestivo quando não comprovado pelo causídico a impossibilidade de atuação ou, ainda, de substabelecer mandato. Precedentes. 3. Agravo regimental a que se

nega provimento. (ARE 1111325 AgR, Relator(a): Min. ALEXANDRE DE MORAES, Primeira Turma, julgado em 17/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-179 DIVULG 29-08-2018 PUBLIC 30-08-2018)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO COM AGRAVO. PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. ARTIGO 121, § 2º, IV, DO CÓDIGO PENAL. CONTAGEM CONTÍNUA DO PRAZO EM MATÉRIA PENAL. ARTIGO 798 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APELO EXTREMO INTEMPESTIVO. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ARTIGO 5º, LXV E LXXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. ALEGADA VIOLAÇÃO AO ARTIGO 5º, LIV E LV, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRINCÍPIOS DA AMPLA DEFESA, DO CONTRADITÓRIO E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. OFENSA REFLEXA AO TEXTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. PRISÃO PREVENTIVA. REQUISITOS. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 279 DO STF. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO. INEXISTÊNCIA. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. (ARE 1124766 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 04/06/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-116 DIVULG 12-06-2018 PUBLIC 13-06-2018)

De qualquer forma, ainda que contado o prazo em dias úteis, no caso dos autos também teria ocorrido a manifesta intempestividade do apelo extremo.

Ante o exposto, nos termos do art. 1.030, inciso V, do Código de Processo Civil c/c o art. 3º do Código de Processo Penal, **não admito o recurso extraordinário.**

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 15 de fevereiro de 2019.

Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA  
Vice-Presidente